



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

APÊNDICE - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n.º 002/2023
(Processo Administrativo n.º 23381.007369.2022-25)

Estudo Técnico Preliminar 2/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23381.007369.2022-25

2. Objeto

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, destinado aos discentes matriculados na âmbito do Instituto Federal da Paraíba, os quais se encontram em período de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, ou no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, e demais discentes de instituições externas que realizam estágios nas dependências da instituição, para fins de atendimento as necessidades institucionais, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.2. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 7º, da Instrução Normativa ME/SEDGGD/SG n.º 40, de 22 de maio de 2020.

3. Referência Legal

3.1. A contratação dos serviços objeto do presente instrumento tem como base os seguintes marcos normativos:

3.1.1. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

3.1.2. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.3. Instrução Normativa SG/MPDG n.º 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.4. Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da

Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

3.1.5. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n.º 155 /2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

3.1.6. Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as micro empresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, micro empreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

3.1.7. Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

3.1.8. Decreto n.º 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

3.1.9. Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública;

3.1.10. Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

3.1.11. Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;

3.1.12. Lei n.º 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências;

3.1.13. Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.1.14. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 11 de outubro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

3.1.15. Instrução Normativa n.º 02/SEGES/MPOG, de 6 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

3.1.16. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

3.1.17. Instrução Normativa SGDP/SEDGGD/ME n.º 213, de 17 de dezembro de 2019, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;

3.1.18. Resolução CNE/CP n.º 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

3.1.19. Resolução CONSUPER/REITORIA/IFPB n.º 61, de 01 de outubro de 2019, que dispõe sobre a reformulação das Normas de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

3.1.20. Resolução AR/CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB n.º 39/2022, de 16 de setembro de 2022, que estabelece orientações sobre o Programa de Aprendizagem Profissional (Programa Jovem Aprendiz) no âmbito do Instituto Federal Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

4. Descrição da necessidade

4.1. A necessidade da contratação dos serviços objeto da presente solicitação, decorre em primeiro plano, da exigência estabelecida pela Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, a qual impõe aos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dentre outros, contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme disciplina o inciso IV, do art. 9º, in verbis:

[...]

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

[...]

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

4.2. A Orientação Normativa n.º 213, de 17 de dezembro de 2019, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, corrobora a exigência do seguro nos mesmos termos da Lei de Estágios, conforme se vê abaixo:

[...]

Art. 3º O estágio obrigatório será realizado sem a concessão de bolsa-estágio, permitida a concessão de auxílio transporte, sendo indispensável a contratação de seguro contra acidentes pessoais.

[...]

Art. 9º Os órgãos e entidades poderão oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I - celebrar TCE entre a instituição de ensino e o estudante, zelando pelo seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional;

III - indicar servidor da sua força de trabalho, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - para a orientação e supervisão do estagiário de nível fundamental ou médio, o servidor indicado deve ter, no mínimo, o mesmo nível de formação do estagiário;

V - contratar seguro contra acidentes pessoais, em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado, conforme estabelecido no TCE;

VI - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VII - manter à disposição da fiscalização o Termo de Compromisso de Estágio - TCE e os Termos Aditivos de que trata o § 2º do art. 10, a fim de comprovar a relação de estágio sempre que necessário; e

VIII - enviar à instituição de ensino, semestralmente, relatório de atividades com vista obrigatória do estagiário.

Parágrafo único - A contratação de seguro contra acidentes pessoais, em nome do estagiário, é condição essencial para a celebração de contrato, convênio ou acordo de cooperação, devendo constar do TCE o respectivo número de apólice e o nome da Seguradora.

4.3. O objetivo primário da contratação é garantir o fornecimento de serviços continuados de seguro coletivo contra acidentes pessoais, abrangendo o atendimento aos seguintes casos:

- i. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório no IFPB, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;
- ii. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório em outras instituições, públicas e ou privadas, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;
- iii. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, oriundos de outras instituições de ensino, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, no âmbito do IFPB, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;
- iv. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, em desenvolvimento atividades extensão, aulas teóricas e práticas, excursões, visitas técnicas e participação em eventos de natureza científica, acadêmica, artística, cultural e desportiva em que represente a instituição.

4.4. Nesse contexto, se faz necessária a contratação de seguro coletivo contra acidentes pessoais, assegurando apoio institucional para que os discentes desenvolvam suas ações de ensino, pesquisa e extensão com a garantia de cobertura para os casos em que venham a acontecer acidentes e acontecimentos de natureza súbita e imprevisível, restando atendidos os princípios da essencialidade e do interesse público.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Estágio e Relações Empresariais	GLAUCIENE OLIVEIRA DE SANTANA

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

6.1.1. A prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, destinado aos discentes matriculados na âmbito do Instituto Federal da Paraíba, os quais se encontram em período de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, ou no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, e demais discentes de instituições externas que realizam estágios nas

dependências da instituição, para fins de atendimento as necessidades institucionais.

6.1.2. A contratação seguirá as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como aos critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

6.1.3. Autarquia vinculada ao Ministério da Economia, ambas criadas pelo Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966. A SUSEP é o órgão responsável pela execução das políticas traçadas pelo CNSP, controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

6.1.4. Para fins de conceituação, são definidos os seguintes demonstrativos:

- i. Acidente Pessoal (AC): é o evento fortuito, exclusivamente e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente, total ou parcial do segurado ou torne necessário tratamento médico.
- ii. Segurados: Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, e ou de outras instituições de ensino, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, no âmbito do IFPB, assim como, em desenvolvimento atividades extensão, aulas teóricas e práticas, excursões, visitas técnicas e participação em eventos de natureza científica, acadêmica, artística, cultural e desportiva em que represente a instituição.
- iii. Morte Acidental (MAC): Garante aos beneficiários indicados o pagamento de uma indenização de 100% ao valor Capital Segurado na Cobertura, em caso de falecimento do Segurado decorrente de acidente pessoal devidamente coberto.
- iv. Invalidez Permanente por Acidente (IPA): Garante ao segurado o pagamento de uma indenização, conforme tabela proporcional ao valor do Capital Segurado de até 100% do Capital Segurado na Cobertura, após o reconhecimento da invalidez permanente pela CONTRATADA, relativa à perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente, mediante comprovação por laudo médico.
- v. Despesas Médico-Hospitalares (DMHO): Garante ao Segurado o reembolso, limitado ao valor do Capital Segurado nesta Cobertura, de Despesas médico-hospitalares, efetuadas em seu tratamento, sob orientação médica, realizado em consequência de acidente pessoal coberto, desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias do acidente.
- vi. Auxílio-Funeral (AF): Em caso de falecimento do segurado a contratada providenciará o reembolso das despesas decorrentes da morte, sendo tal reembolso limitado em R\$ 3.000,00 (três mil reais). As despesas serão reembolsadas mediante a apresentação das respectivas notas fiscais.

6.1.5. Não será permitida a participação de corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, com fundamento no artigo 122, do Decreto-Lei n.º 73/1966, no artigo 100, do Regulamento do Decreto-Lei n.º 73/1966 e no Acórdão TCU n.º 600 /2015;

6.1.6. Não haverá prazo de carência para o início da cobertura dos seguros, observado o disposto nos artigos 797 e 798 da Lei n.º 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

6.1.7. Atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a CONTRATANTE;

6.1.8. Fornecer os números para chamadas gratuitas ao Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência do contrato, através de chamada telefônica, a fim de que seja possível registrar a ocorrência de sinistro, solicitações e reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos;

6.1.9. Não divulgar, nem fornecer, dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome da CONTRATANTE para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal da CONTRATANTE;

6.1.10. Disponibilizar material explicativo sobre os serviços contratados, a forma de atendimento e o número da Central de Atendimento Gratuito 24 horas em formato digital, que será divulgado pela CONTRATANTE no seu site institucional, como também poderá ocorrer envio por mensagem eletrônica (e-mail) aos segurados, a qualquer momento, durante a vigência do contrato;

6.1.11. Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante;

6.1.12. São requisitos de qualificação técnica:

6.1.12.1. Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

6.1.12.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.1.12.2.1. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

6.1.12.2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.1.12.2.3. No mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre que a empresa licitante executa ou executou contrato de prestação dos serviços compatíveis ao objeto da contratação, em quantidade correspondente a no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total prevista no Instrumento Convocatório.

6.1.12.2.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

6.1.12.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

6.1.12.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

6.1.12.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

6.2. Da justificativa acerca da natureza não continuada do serviço:

6.2.1. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

6.2.2. Nesses termos, temos que a prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, são considerados de natureza continuada pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade desta Administração de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o

funcionamento das atividades finalísticas do IFPB, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional.

6.2.3. Além de ser prestado de forma contínua, a natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

6.3. Critérios e práticas de sustentabilidade:

6.3.1. A CONTRATADA deverá atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos pelo art. 3º da Lei n.º 8.666/93, pela Lei n.º 12.305/10, pela IN MPOG/SLTI n.º 01/2010, pelo Decreto n.º 7.746/12 e pela IN MPOG /SLTI n.º 10 /12 nos assuntos pertinentes a presente contratação.

6.3.2. A sustentabilidade social se baseia na adoção, pela Contratada, das melhores condições de trabalho e a sustentabilidade ambiental se define pelo valor da ecoeficiência dos processos produtivos, ou seja, produzir mais com menos recursos, buscando a não contaminação de qualquer tipo de ambiente natural.

6.4. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:

6.4.1. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 57, II, da lei n.º 8.666/1993, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, e desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

6.4.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

6.4.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

6.4.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

6.4.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

6.4.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

6.4.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

6.4.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

6.4.2. A CONTRATADA não terá direito subjetivo à prorrogação contratual.

6.5. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

6.5.1. Pelas características dos serviços a serem empregados, onde não há transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, não haverá necessidade da Contratada promover transição contratual.

6.6. Soluções de mercado que atendam aos requisitos específicos:

6.6.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

6.6.2. Logo, a contratação dos serviços, objeto deste instrumento, se mostra perfeitamente possível haja vista, após busca parametrizada de fornecedores, constatar-se um vasto quantitativo de empresas cadastradas nessa linha de fornecimento no SICAF - Disponível em: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/selecionarLinhaFornecimento.jsf> - Acesso em: 03 fev. 2023 - aptas a prestação dos serviços, seja no âmbito do Estado da Paraíba, assim como no âmbito dos demais estados da federação.

6.7. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Os serviços objeto do presente estudo técnico preliminar são frequentemente contratados pelas mais variadas instituições públicas do país, e estão regulamentados, na sua grande maioria, pela Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

7.2. Nessas contratações, observa-se a existência de um modelo único, fazendo-se observar, apenas, variações quanto a referência à unidade de medida contratada. Em sua grande maioria, a solução utilizada possui um formato mais flexível com unidade “vida por mês”, em que as quantidades variam a cada mês e a cobertura de um aluno específico se dará somente para os meses em que constar nas listas enviadas à seguradora.

7.3. Quanto a disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem contratados, a contratação dos serviços, objeto deste instrumento, conforme já enfatizado no tópico anterior, se mostra perfeitamente possível haja vista, após busca parametrizada de fornecedores, constatar-se um quantitativo significativo de empresas

aptas a prestação dos serviços, seja no âmbito do Estado da Paraíba, assim como no âmbito dos demais estados da federação.

7.4. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

7.5. Para a contratação dos serviços objeto do presente estudo, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial a Administração Pública, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

7.6. Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

7.7. Dessa forma, podemos concluir que a referente solução proposta neste estudo é atual, pertinente ao problema apresentado, repetidamente testada e aprovada em âmbito público.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A solução para atendimento das necessidades dos órgãos e entidades é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa contratada mediante a prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, para fins de atendimento às necessidades institucionais, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência que balizará o processo licitatório.

8.2. O seguro a ser contratado será na modalidade de ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO (Morte Acidental, Indenização por Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, Despesas Médico-Hospitalares e Auxílio-Funeral), e objetiva garantir o pagamento de indenização até o limite do capital segurado, em caso de sinistro decorrente de evento coberto pela Apólice de Seguro, conforme demais condições abaixo descritas.

8.2.1. Os eventos a serem cobertos pela apólice de seguro e os respectivos capitais segurados são os seguintes:

COBERTURAS	CAPITAL SEGUADO
Morte Acidental (MAC)	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Invalidez Permanente por Acidente (IPA)	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Despesas Médico-Hospitalares (DMHO)	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Auxílio-Funeral (AF)	R\$ 3.000,00 (três mil reais)

8.2.2. Os capitais segurados indicados acima correspondem ao valor per capita, isto é, para cada segurado incluído na apólice.

8.2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da data do recebimento dos documentos exigidos, para efetuar indenização das coberturas acima mencionadas.

8.2.4. No preço do PRÊMIO MENSAL POR SEGURADO a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários) a ser considerada será de 0% (zero por cento) em virtude de o CONTRATANTE corresponder a Órgão da Administração Pública.

8.2.4. Das assistências especiais:

8.2.4.1.1. Em todos os casos de acidentes ocorridos, nas dependências ou não da CONTRATANTE, e desde que o segurado esteja desenvolvendo as atividades descritas como pertinentes às atividades de discente, haverá prestação das seguintes assistências, que deverão ser acionadas através de central de atendimento 0800.

8.2.4.1.1.1. Em caso de acidente pessoal coberto em que seja impossível a locomoção do Segurado, por recomendação médica, e desde que o afastamento seja superior a 5 (cinco) dias úteis, a contratada providenciará transporte de ida e volta nas seguintes situações:

- i. Entre a residência e a instituição o limite máximo de reembolso será de até R\$ 30,00 (trinta) reais, por dia, por no máximo, 30 (trinta) dias;
- ii. Entre a residência e a clínica ou hospital para tratamento indicado por recomendação médica: o limite máximo de reembolsos será de R\$ 30,00 (trinta) reais por dia, até o máximo de 20 (vinte) sessões. Deverá ser comprovado o pedido médico relativo às sessões;
- iii. Remoção de emergência: em caso de segurado ser vítima de acidente pessoal coberto que necessite de hospitalização, a contratada providenciará a remoção deste em ambulância por via terrestre até o centro médico hospitalar mais próximo;
- iv. Remoção hospitalar: em caso de acidente pessoal coberto, o segurado, se necessitar de remoção para hospital devidamente capacitado, de acordo com atestado médico, sendo devida a remoção por meio de UTI móvel inclusive;
- v. Retorno a domicílio após alta hospitalar em caso de acidente pessoal coberto: caso o segurado não tenha condições de retornar a seu domicílio como passageiro regular.

8.2.5. Assistência 24 (vinte e quatro) horas com cobertura em quaisquer localidades do território nacional:

- i. Atendimento por rede de hospitais e clínicas conveniadas em âmbito Nacional, principalmente no estado sede da CONTRATANTE;
- ii. Transporte entre a residência e a clínica ou hospital para tratamento médico e ou fisioterápico;

8.2.6. A contratada deverá providenciar, preferencialmente na(s) cidade(s) sede da CONTRATANTE o credenciamento de, pelo menos, um Hospital ou Clínica.

8.2.6.1. Caso a localidade do sinistro não possua rede credenciada, os beneficiários terão direito a:

- i. Reembolso das despesas realizadas em hospitais ou clínicas não conveniadas (até o limite da quanta segurada);
- ii. Em caso de reembolso de despesas, o segurado deverá receber o valor referente ao sinistro em no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da documentação necessária, comumente exigidas pelas seguradoras.

8.3. Os serviços deverão ser executados conforme demanda mensal, com rotatividade de segurado(s), ou seja, mudança periódica da relação de segurados.

8.3.1. O seguro a ser contratado deverá permitir a substituição de segurados, tendo em vista a grande rotatividade dos estagiários da CONTRATANTE;

8.3.2. A CONTRATANTE a qualquer tempo, poderá expressamente substituir o(s) beneficiário(s) do seguro.

8.3.3. Haverá, assim, situações em que o quadro estará incompleto e, à medida que os estudantes iniciarem os períodos de estágio ou se desligarem dessa atividade, seus nomes e respectivos dados – data de nascimento, CPF, beneficiário – serão imediatamente informados, por escrito, à seguradora contratada; os demais terão seus nomes e dados informados posteriormente, à época do início de seus respectivos períodos de estágio;

8.3.4. O contrato de seguro deverá, portanto, prever tal situação, possibilitando inclusões de novos estudantes e exclusões de estagiários já segurados, bem como a emissão de apólice de seguro e respectivos endossos, ainda que o quadro de estagiários não esteja totalmente preenchido;

8.3.5. A eventual inclusão ou exclusão de segurados corresponderá aumento ou redução do preço mensal, proporcionalmente.

8.5. O quadro de estagiários é variável quanto à idade, sendo certo que todos terão, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos, não havendo idade limite máxima para o desempenho das atividades de estágio, desde que cumpra os requisitos de escolaridade e demais, e quanto ao período em que os estudantes figurarão como segurados.

8.6. Não haverá franquia e ou carência para nenhuma cobertura do plano de seguro a ser contratado.

8.7. A contratação do seguro seguirá as normas regulamentares expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

8.7.1. O plano comercializado deverá possuir um número de registro na SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

8.8. Após o recebimento da 1ª listagem de segurados, fornecida pelo(a) CONTRATANTE, a seguradora deverá providenciar a emissão e a entrega da Apólice de Seguro e das Condições Gerais, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

8.8.1. A Apólice, as Condições Gerais e todos os demais documentos referentes a esta contratação poderão ser encaminhadas por meio eletrônico para: estagio.reitoria@ifpb.edu.br, ou entregues diretamente ao agente responsável (fiscal) designado pelo(a) CONTRATANTE, no seguinte endereço: Av. João da Mata, 256, Jaguaribe. CEP: 58.015-020. Cidade: João Pessoa-PB, no horário de 09h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

8.8.2. A Apólice e as Condições Gerais do Seguro ficam subordinadas às regras determinadas no Instrumento Convocatório e na Ata de Registro de Preços.

8.9. O(A) CONTRATANTE designará servidor (ou comissão de servidores) que ficará responsável pela fiscalização desta contratação, em conformidade com as disposições estabelecidas no Termo de Referência.

8.10. A seguradora deverá informar, ao fiscal da contratação, número de telefone e ou endereço de correio eletrônico para contatos relacionados ao seguro contratado.

8.11. O(A) CONTRATANTE encaminhará à seguradora a relação de segurados para inclusão inicial na Apólice de Seguro, indicando: nome completo, data de nascimento e nº de inscrição no CPF/MF.

8.11.1. Havendo necessidade de dados complementares sobre os segurados, a seguradora poderá solicitá-los diretamente ao fiscal.

8.12. A seguradora não poderá obstar a inclusão de segurado na Apólice de Seguro, salvo se por motivo devidamente justificado ao CONTRATANTE e previsto na legislação pertinente ao objeto desta contratação.

8.13. Recebida a relação inicial pela Seguradora, a vigência do seguro deverá iniciar, no máximo, a partir da zero hora do 1º dia útil subsequente.

8.14. Tendo em vista a rotatividade dos estagiários (segurados) vinculados à(ao) CONTRATANTE, o Gestor responsável pelo seguro encaminhará à Seguradora, mensalmente (último dia útil do mês vigente) a relação dos estagiários ativos, devendo este serem cobertos a partir de seu vínculo com aquele órgão, o qual será comprovado, em caso de necessidade.

8.15. A seguradora deverá enviar ao CONTRATANTE, quando da inclusão inicial e, após, mensalmente, relação dos segurados cobertos pela Apólice, para fins de conferência.

8.16. O prêmio de seguro será pago em parcelas mensais, e corresponderá à multiplicação do prêmio mensal por segurado pela quantidade de segurados no período correspondente.

8.17. Caso o período a ser considerado para fins de emissão de Nota Fiscal seja inferior a 30 (trinta) dias, o pagamento do prêmio de seguro será devido proporcionalmente ao número de dias de efetiva vigência da Apólice de Seguro.

8.18. Ocorrendo sinistro coberto pela Apólice de Seguro, o CONTRATANTE comunicará à seguradora, para que esta adote os procedimentos cabíveis.

8.19. No caso de despesas médico-hospitalares em consequência de acidente, o segurado será auxiliado, mediante reembolso, das despesas que vier a efetuar com tratamento médico até o valor do capital segurado estipulado.

8.20. O CONTRATANTE ou o segurado encaminhará os comprovantes originais das despesas e relatório do médico à seguradora, que fará o reembolso no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

8.20.1. O reembolso far-se-á em favor do segurado.

8.21. Pela apólice de Seguro, a seguradora garantirá o valor das importâncias seguradas, fixadas por segurado, que constituem a base de cálculo dos limites máximos das indenizações exigíveis.

8.22. A CONTRATADA deverá obedecer a legislação pertinente ao ramo de seguro.

8.23. Para início de vigência do Seguro serão aceitos como segurados todos os componentes da apólice que a CONTRATANTE mantinha, desde que apresentada listagem de segurados com base na congênere anterior.

8.24. Os segurados que vierem a se afastar durante o período de vigência da apólice CONTRATADA, terão seu direito às coberturas do Seguro preservado como se em atividade estivessem, desde que a CONTRATANTE recolha os prêmios respectivos.

8.25. Serão efetuadas mensalmente inclusões e exclusões de segurados. Os beneficiários incluídos estarão assegurados automaticamente a partir da data da assinatura do Contrato, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal n.º 8.666/1993. As inclusões serão formalizadas pela CONTRATANTE até o último dia do mês da inclusão dos segurados fornecendo nome completo, CPF e data de nascimento.

8.26. O valor do prêmio correspondente será computado na fatura do mês da inclusão.

8.27. São beneficiários do seguro de vida:

- i. Descendentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, no âmbito do IFPB, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;
- ii. Descendentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à

distância, no âmbito da instituição, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, em outras instituições, públicas e ou privadas, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;

iii. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, oriundos de outras instituições de ensino, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, no âmbito do IFPB, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;

iv. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, em desenvolvimento atividades extensão, aulas teóricas e práticas, excursões, visitas técnicas e participação em eventos de natureza científica, acadêmica, artística, cultural e desportiva em que represente a instituição.

8.28. Os demais procedimentos relativos ao seguro contratado obedecerão às normas regulamentares pertinentes e às Condições Gerais do Seguro apresentadas pela Seguradora.

8.29. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. A estimativa das quantidades foram levantadas, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:

- i. O histórico proveniente de contratos pactuados em anos anteriores, além do atual contrato pactuado, para atendimento às respectivas unidades;
- ii. Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação das quantidades demandadas;
- iii. Quantidade de discentes em período de cumprimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório;
- iv. Projeção para o futuro, considerando a quantidade de discentes matriculados no âmbito da instituição;
- v. Consulta a outros órgãos da Administração com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para uma comparação;

9.2. As estimativas de consumo individualizadas, encontram-se consignadas na tabela a seguir:

9.2.1. Órgão / Entidade Gerenciador: IFPB - Reitoria

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - REITORIA						
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	ENTIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
				REITORIA	100	1.200
				CAMPUS		

1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquias, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	AVANÇADO AREIA	30	360
				CAMPUS AVANÇADO CABEDELLO-CENTRO	100	1.200
				CAMPUS AVANÇADO JOÃO PESSOA-MANGABEIRA	150	1.800
				CAMPUS AVANÇADO PEDRAS DE FOGO	50	600
				CAMPUS AVANÇADO SOLEDADE	50	600

9.3. Considerando que a contratação se dará com a utilização do Sistema de Registro de Preços, com gerenciamento da Comissão Central, por meio da Diretoria de Compras, Contratos e Licitação, a estimativa da necessidade de contratações, dos respectivos Órgãos / Entidades participantes dar-se-á por meio de Intenção de Registro de Preços, observadas as disposições regulamentares vigentes, especialmente as estabelecidas no art. 6º, do Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, para órgãos e entidades participantes, estando todas as informações consignadas nas tabelas a seguir:

9.3.1. Órgão / Entidade Participante: IFPB - Campus Cabedelo

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS CABEDELLO					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquias, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	100	1.200

9.3.2. Órgão / Entidade Participante: IFPB - Campus Cajazeiras

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS CAJAZEIRAS					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquias, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	250	3.000

9.3.3. Órgão / Entidade Participante: IFPB - Campus Catolé do Rocha

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquias, com cobertura de morte acidental	Vida Mês	32	390

9.3.4. Órgão / Entidade Participante: IFPB - Campus Campina Grande

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS CAMPINA GRANDE					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	167	2.000

9.3.5. Órgão / Entidade Participante: IFPB - Campus Esperança

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS ESPERANÇA					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	33	400

9.3.6. Órgão / Entidade Participante: IFPB - Campus Guarabira

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS GUARABIRA					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	80	960

9.3.7. Órgão / Entidade Participante: IFPB - Campus Itabaiana

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS ITABAIANA					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	40	480

9.3.8. Órgão / Entidade Participante: IFPB - Campus João Pessoa

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS JOÃO PESSOA					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	250	3.000

9.3.9. Órgão / Entidade Participante: IFPB - Campus Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS MONTEIRO					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por	Vida Mês	35	420

9.3.10. Órgão / Entidade Participante IFPB - Campus Patos

acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS PATOS					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).	Vida Mês	8	100

9.3.11. Órgão / Entidade Participante IFPB - Campus Picuí

acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS PICUÍ					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).	Vida Mês	29	350

9.3.12. Órgão / Entidade Participante IFPB - Campus Princesa Isabel

acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS PRINCESA ISABEL					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).	Vida Mês	90	1.080

9.3.13. Órgão / Entidade Participante IFPB - Campus Santa Luzia

acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS SANTA LUZIA					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).	Vida Mês	8	100

9.3.14. Órgão / Entidade Participante IFPB - Campus Santa Rita

acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS SANTA RITA					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).	Vida Mês	100	1.200

9.3.15. Órgão / Entidade Participante IFPB - Campus Sousa

acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS SOUSA					
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (ANO)
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoas, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e (AF).	Vida Mês	50	600

e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).

10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como p

i. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020;

10.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 25.037,60 (vinte e cinco mil, trinta e sete reais e sessenta centavos)**, e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo.

10.3. Da metodologia aplicada à política de preços:

10.3.1. De acordo com a Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 05 de agosto de 2020, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a pesquisa de preços:

[...]

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br /paineldeprecos, desde que as cotações refiram se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

10.3.2. A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, os incisos I e II, em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média e ou mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo com o art. 6º da referida instrução normativa.

10.3.3. Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local das respectivas unidades, incluindo prazos e locais de entrega, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, o qual se fez observar a inexistência de variações significativas dos preços finais.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Em regra, conforme § 1º, do art. 23, da Lei n.º 8.666/93, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

11.2. Todavia, no presente caso, a contratação é única e indivisível, não havendo vantagem econômica no parcelamento do item, muito menos tal possibilidade, visto que as mesmas empresas participarão do único item objeto do certame (Acórdão TCU 1.214/2013 - Plenário). Assim, o objeto licitado forma um conjunto unitário, no qual, não se vislumbra, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto com requisitos muito específicos.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A contratação, objeto do presente estudo técnico preliminar, está alinhada com os programas de âmbito federal e objetivos e metas estratégicas do IFPB, constantes no Planejamento Estratégico Decenal do IFPB - PLANEDE 2025, consignados nos pontos a seguir:

- i. P08 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades cognitivo-comportamentais na Instituição, interligadas a um plano de disseminação da cultura, das artes, da música, do desporto educacional para a melhoria do clima institucional.
- ii. P12 Monitorar a inserção dos egressos no mercado de trabalho formal para o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, em uma análise

sistêmica e global, a abordagem de conteúdos curriculares.

iii. S08 Realizar rastreamento ambiental para a identificação permanente de demandas sociais para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão visando contribuir com as mudanças sociais responsáveis pela melhoria da qualidade de vida da população.

iv. M04 Manter pelo menos 15% dos nossos estudantes em processo de verticalização do ensino.

v. M08 Alcançar uma taxa de permanência e êxito de nossos estudantes acima de 70% até 2020 e maior ou igual a 85% até 2025.

vi. F07 Crescer a eficiência na alocação e execução do gasto público com ênfase no controle do abandono e evasão escolar que impliquem em vagas ociosas e comprometa a capacidade de alcance social do IFPB e aplicação do dinheiro público.

vii. S10 Difundir aos públicos interno e externo o conhecimento adquirido com o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolvidos no âmbito do IFPB, para assim fortalecer a integração entre a instituição, os estudantes, os professores, as empresas, o governo.

viii. Cumprir as exigências normativas estabelecidas pela Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, assim como, Orientação Normativa n.º 213, de 17 de dezembro de 2019.

13.2. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano de Contratação Anual - Ano Base 2023, em conformidade com às disposições do Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022, consignado no relatório extraído do sistema PGC que segue anexo aos autos do presente processo administrativo.

14. Resultados Pretendidos

14.1. Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

i. Segurança jurídica, na condição de Contratante, por esta não responder judicialmente pela caracterização de vínculo empregatício;

ii. Segurança jurídica para o estagiário por garantir acesso à indenização em casos de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, despesas médico-hospitalares, além do Auxílio Funeral.

iii. Padronização das especificidades, requisitos e valores da contratação, assim como dos parâmetros de gestão e fiscalização contratual;

iv. Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da contratação centralizada;

v. Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;

vi. Cumprir com exigência legal prevista art. 9º, Inciso IV da Lei nº 11.788/08, que regula os contratos de estágio e determina a obrigatoriedade de um seguro de

vida contra acidentes pessoais para estagiário;

vii. Aumento de credibilidade para a instituição entre os servidores, discentes, colaboradores terceirizados; etc.

14.2. Como forma de resultados colhidos com essa contratação, podemos ainda destacar a

contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição conforme já mencionado no tópico anterior.

14.3. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

15.1.1. Não configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da prestação dos serviços.

15.2. Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado:

15.2.1. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação específica para a empresa especializada e para os prestadores que irão atuar no contrato, estando essas descritas no presente Estudos Técnicos Preliminares, ou para os servidores os quais atuarão na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

15.2.2. Cumpre ressaltar que o IFPB oferece cursos de capacitação para fiscais e gestores de contratos, promovidos anualmente, tanto por parte de profissional externo à instituição, quanto por parte de iniciativa da Coordenação de Fiscalização de Contratos, e que esse aprimoramento por parte dos servidores é imprescindível para a melhoria do controle dos serviços.

15.3. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não corram a tempo:

15.3.1. Conforme informado, não há risco da contratação falhar em relação a adequações do ambiente da organização, pois tais adequações não são necessárias.

15.4. Os órgãos e entidades participantes serão responsáveis por elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação de seus ambientes, se for o caso, para que a contratação surta os efeitos esperados, considerando a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na gestão e fiscalização contratual e os eventuais riscos de fracasso do processo licitatório.

15.6. Importante também ressaltar que será obrigação de cada um dos órgãos e entidades participantes avaliar e planejar os impactos de eventual troca da empresa contratada, adotando as medidas necessárias para minimizar a ocorrência de eventuais problemas durante a transição.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais significativos, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, consoante o artigo 7º, inciso XIII, da IN SEGES/ME n.º 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

17.2. A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria n.º 90/2022 - PRAF/REITORIA/IFPB, de 27 de dezembro de 2022.

GLAUCIENE OLIVEIRA DE SANTANA

Membro da Equipe de Planejamento

SERGIO RICARDO DO NASCIMENTO LIRA

Membro da Equipe de Planejamento